

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Preços de alimentos caem pelo terceiro mês consecutivo, diz FAO. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 03/07/2014	3
Programa de Fomento beneficia cerca de 100 mil famílias agricultoras – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/07/2014.....	3
PAA: Agricultores familiares recebem R\$ 11,5 milhões – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/07/2014	4
Defesa abre chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/07/2014	6
Mais 11 municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/07/2014.....	6
PAA: MDS propõe metas e limites para 79 municípios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/07/2014	7
Os alimentos e a eleição. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 18/07/2014 ...	8
Superalimentos no 'The Wall Street Journal'. Paulo Yokota – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/07/2014	10
Ministério abre prazo para adesão a repasse de recursos para implantação e fortalecimento do Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/07/2014	11
Incra/MS leva água doce aos assentados em Ladário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014	12
MDS apresenta no México política brasileira de fortalecimento da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/07/2014.....	13
Encontro orienta cooperativas sobre compra da agricultura familiar para alimentação escolar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/07/2014.....	13
Segurança alimentar em xeque na China. Bloomberg – Valor Econômico, Agronegócios. 25/07/2014	14
Estados debatem ações de fortalecimento e adesão de municípios ao Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/07/2014.....	16
UFPel abre chamada pública para adquirir alimentos orgânicos e da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/07/2014.....	17
Mais sete municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/07/2014.....	17

Preços de alimentos caem pelo terceiro mês consecutivo, diz FAO. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 03/07/2014

SÃO PAULO - Os preços globais dos alimentos caíram pelo terceiro mês consecutivo em junho, puxados pelos segmentos de grãos e vegetais, segundo a Agência para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

O índice da entidade que mede os preços de uma cesta de 55 alimentos recuou 1,8% no mês passado, para 206 pontos. Em maio, o indicador havia sido de 209,8 pontos. Em relação ao mesmo período de 2013, a queda foi de 2,8%.

“A queda nos preços dos alimentos registrada em junho, que é a terceira consecutiva, foi resultado em grande parte do recuo nos preços dos cereais e de óleos vegetais”, disse a FAO.

Os contratos futuros de milho recuaram em junho 8,7% na bolsa de Chicago, em meio às perspectivas uma safra recorde nos Estados Unidos. Os papéis do trigo, por sua vez, caíram 7,9% no mesmo período, à medida em que a produção na Europa cresce.

Programa de Fomento beneficia cerca de 100 mil famílias agricultoras – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/07/2014

Iniciativa do Plano Brasil Sem Miséria já transferiu mais de R\$ 169 milhões a agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais

Brasília, 3 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já transferiu R\$ 169,6 milhões para famílias extremamente pobres da zona rural desde 2012, por meio do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do Plano Brasil Sem Miséria. São 98 mil agricultores familiares em todo o país que puderam investir em projetos que apoiaram o desenvolvimento produtivo com geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Dessas, 22,3 mil novas famílias começaram a receber o benefício no mês de junho deste ano.

Na ação, desenvolvida pelo MDS junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cada família beneficiada recebe R\$ 2,4 mil para investir em um projeto produtivo que amplie ou diversifique a produção de alimentos na propriedade familiar. Esse valor, não reembolsável, é transferido às famílias em parcelas, por meio do cartão do Programa Bolsa Família, de acordo com as etapas previstas no projeto.

A iniciativa é inédita, pois pela primeira vez as famílias com este perfil têm acompanhamento individualizado e continuado dos agentes de assistência técnica e extensão rural, que desenvolvem, em conjunto com as famílias, projetos produtivos com a finalidade de aumentar a produção, a qualidade e o valor da produção. Dessa forma, elas conseguem produzir mais e com melhor qualidade, garantindo a alimentação da família e a comercialização do excedente, gerando mais renda para a família.

Fomento Semiárido – Outra modalidade do programa, cujo benefício total é de R\$ 3 mil, tem como finalidade apoiar a recuperação da capacidade produtiva de famílias de agricultores na região do semiárido que enfrentam os resultados da estiagem

prolongada. A ação atende, prioritariamente, famílias que acessaram ou que estão aptas a acessar tecnologias sociais de captação de água para a produção, do Programa Água para Todos, do Plano Brasil Sem Miséria.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, o programa é estruturante, ao unir a assistência técnica ao apoio financeiro, melhorando a produção de uma família que, até então, não produzia o suficiente para gerar renda. “Estamos conseguindo levar para as famílias pobres e extremamente pobres um conjunto de políticas públicas que dá condições de conviver com o Semiárido, com renda, com estabilidade da produção e com segurança alimentar, o que é uma transformação.”

PAA: Agricultores familiares recebem R\$ 11,5 milhões – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/07/2014

Montante beneficia cerca de 7 mil famílias inscritas no Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília, 3 - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) paga, em julho, R\$ 11,5 milhões a agricultores familiares que participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Compra com Doação Simultânea. Ao todo, 6,7 mil famílias registradas e efetivas no sistema de gestão do programa (SISPAA), pelas prefeituras e governos estaduais, comercializaram produtos e conquistaram mais autonomia, ampliando a renda familiar entre 16 de maio e 17 de junho.

**Programa de Aquisição de Alimentos (Termo de Adesão)
 Folha de Pagamento - ref.: 18/06/2014**

Total BRASIL

Agricultores atendidos no mês: 6.703

Valor Total pago: R\$ 11.512.205,04

Adesão Estadual

Governo Estadual	Agricultores atendidos	Valor Total (R\$)
AC Acre	364	R\$ 330.592,16
DF Distrito Federal	138	R\$ 173.285,82
PA Pará	223	R\$ 242.390,33
PE Pernambuco	510	R\$ 667.183,24
PI Piauí	51	R\$ 145.197,27
RO Rondônia	892	R\$ 3.201.382,01
TO Tocantins	2	R\$ 1.930,50
Total	2.180	R\$ 4.761.961,33

Adesão Municipal

Estado	Quant. Municípios	Agricultores atendidos	Valor Total (R\$)
AL Alagoas	1	2	R\$ 8.999,98
BA Bahia	34	1184	R\$ 1.837.142,74
CE Ceará	14	658	R\$ 873.007,76
ES Espírito Santo	1	154	R\$ 119.703,98
GO Goiás	1	63	R\$ 204.747,61
MA Maranhão	22	698	R\$ 909.165,22
MS Mato Grosso do Sul	1	20	R\$ 26.466,96
MG Minas Gerais	17	597	R\$ 653.257,61
PB Paraíba	5	107	R\$ 153.132,67
PE Pernambuco	4	105	R\$ 196.049,55
PR Paraná	1	56	R\$ 123.168,84
RO Rondônia	1	11	R\$ 23.239,09
RS Rio Grande do Sul	17	269	R\$ 418.168,18
SC Santa Catarina	2	7	R\$ 11.767,24
SP São Paulo	10	528	R\$ 1.082.089,40
TO Tocantins	1	64	R\$ 110.136,88
Total	132	4.523	R\$ 6.750.243,71

A iniciativa tem o objetivo principal de fortalecer as cadeias produtivas locais. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pela rede pública e filantrópica de ensino, e nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Desde junho de 2013, quando o governo passou a fazer os pagamentos diretamente aos agricultores, o PAA já repassou R\$ 93,3 milhões às famílias que participam do programa. As quantias são depositadas diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA, ou utilizá-lo em operações de débito.

A diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, Denise ReifKroeff, ressalta os benefícios um ano após a modificação na forma de operar o PAA e o Termo de Adesão, que passaram a ser informatizados e trouxeram mais segurança às transações comerciais das famílias.

“Essa mudança tem garantido pagamentos mensais regulares, permitindo que o agricultor receba o recurso no máximo um mês após cada entrega, evitando o desabastecimento das entidades que recebem os alimentos”, enfatiza Kroeff.

No pagamento deste mês, o PAA beneficiou 2,1 mil famílias agricultoras vinculadas às propostas nos estados do Acre, Distrito Federal, Pará, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Tocantins, além de 4,5 mil agricultores familiares em 132 municípios que possuem proposta de participação.

Defesa abre chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 10/07/2014

Organizações interessadas devem apresentar documentação até o dia 17 de julho

Brasília, 10 – O Ministério da Defesa (MD) lançou chamada pública para aquisição de alimentos de agricultores familiares, por meio da modalidade de Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O objetivo é abastecer parte da demanda dos três restaurantes que servem o órgão, todos localizados na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Serão adquiridos aproximadamente 91 mil quilos de frutas, verduras e hortaliças, totalizando R\$ 842,4 mil.

Podem participar da chamada pública organizações de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e dos demais povos tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os interessados devem apresentar a documentação para proposta de venda até o dia 17 de julho. Para mais informações, os interessados devem entrar em contato com o Ministério da Defesa, pelo telefone (61) 3312-4963.

A Compra Institucional permite que órgãos dos governos federal, estadual, distrital e municipal comprem, por meio de chamada pública, alimentos da agricultura familiar para o atendimento de demandas próprias de abastecimento, proporcionando uma alimentação mais saudável porque a oferta dos alimentos está mais perto dos consumidores.

Mais 11 municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/07/2014

Agora são 595 municípios e 23 estados aptos a operar o novo modelo do programa. Adesão permite execução mais ágil e simplificada das ações

Brasília, 11 – Mais 11 prefeituras de seis estados firmaram compromisso para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea. O programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Novos municípios que aderiram ao PAA

Espírito Santo: Itapemirim
Rio Grande do Sul: Ibirubá

Minas Gerais: Engenheiro Navarro
Maranhão: Carolina e Turiaçu
Bahia: Apuarema, Ubaitaba e Presidente Dutra
Sergipe: Tobias Barreto, Frei Paulo e São Cristóvão

Os termos de adesão das prefeituras foram publicados nesta sexta-feira (11), no Diário Oficial da União (DOU). Com as novas adesões, 595 municípios e 23 estados estão aptos a operar o novo modelo do programa.

Na modalidade de Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

“O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, e não há a necessidade de repasse de recursos para estados e municípios. Isso facilita o gerenciamento do programa, entre outros avanços na execução”, afirma o coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, Fernando Brutto.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo devem elaborar um plano operacional com propostas de participação no programa. O documento apresenta metas relacionadas ao número de fornecedores e de entidades a serem atendidas.

São definidos também os parâmetros de execução, como o percentual de agricultores familiares em situação de pobreza a venderem a produção, o de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão substituem os convênios – formato anterior de operação do PAA – e permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais.

PAA: MDS propõe metas e limites para 79 municípios – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/07/2014

Gestores devem confirmar interesse em executar a modalidade Compra com Doação Simultânea em até 60 dias

Brasília, 16 – Municípios de 10 estados já podem pactuar limites e metas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e, posteriormente, elaborar proposta de participação para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea.

A portaria, publicada pelo MDS na quinta-feira (10), lista os 79 municípios e os recursos financeiros disponibilizados ainda em 2014, totalizando um aporte de mais de R\$ 23,6 milhões. Serão atendidos 5,3 mil agricultores familiares e 1.555 entidades que prestam serviços à população em insegurança alimentar.

Para confirmar o interesse em executar a modalidade no exercício de 2014, os municípios devem se manifestar em até 60 dias após a publicação da portaria, por meio

da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações para a elaboração do plano operacional no Sistema Informatizado do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA).

“Após o cadastramento do plano no sistema e sua aprovação pelo MDS, deverá ser elaborada uma proposta de participação na qual são cadastrados os agricultores, as entidades que receberão os produtos e os alimentos que vão ser adquiridos para que as operações de aquisição e distribuição de alimentos possam se iniciar”, explicou a diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar, Denise Kroeff.

A modalidade de Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

Os alimentos e a eleição. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 18/07/2014

O estardalhaço sobre a inflação no futuro dependerá do que for decidido no pleito de outubro

Senhorinhas e senhorzinhos do Brasil, não esperem tão cedo abordagens midiáticas em feiras-livres e supermercados para opinarem sobre os preços dos alimentos.

As folhas e telas cotidianas têm essa lembrança dos senhores em outras épocas do ano. Aliás, todos os anos em períodos de entressafra ou de eventos climáticos que castigam campos brasileiros ou mundo afora.

Guardem, pois, a ansiedade para o 1º semestre do ano que vem. E não pensem que me refiro apenas a eventuais desequilíbrios na oferta ou clima pouco propício à produção, o usual que faz elevar os preços dos alimentos e arregalar os olhos de William e Patrícia, no Jornal Nacional.

Em 2015, além disso, estarão em vigência novos mandatos executivos. Presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Nesta Federação de Corporações, as demais instâncias e seus loquazes porta-vozes são menos visados do que o Governo Federal, pouco cobrados, sobretudo quando se trata dos preços dos produtos que saem da agropecuária para inflacionarem nossas vidas.

Não muito diferente do acirrado combate à corrupção, em que Judiciário e vozes das ruas desconhecem o fenômeno como binário, uma troca eterna entre corruptos e agentes corruptores.

Não será necessário ir muito atrás no tempo para lembrar o pânico que fez dos alimentos os “vilões da inflação”. Tomates e feijões já trouxeram espiral inflacionária, explosão de preços, metas fora do centro e governos fora do eixo. Não são fatores multifacetados, têm sempre codinome federal.

Dá que a intensidade do estardalhaço sobre a inflação, para o futuro aqui aludido, dependerá também do que for decidido nas eleições de outubro.

Duas teses, dois protagonismos: “herança maldita de uma gastança desenfreada” ou “certos ajustes necessários que serão feitos agora”. Entendam-nas como confronto ou mesmo confraternização.

Permitam-me agora algumas linhas de festa imodesta, como escreveu Caetano Veloso.

Já nos últimos meses de 2013, safra brasileira plantada, aqui se previa produção agropecuária e estoques mundiais suficientes para não fazerem os preços dos alimentos, fibras e energias renováveis estourarem.

Sugeri que cairiam, embora não a ponto de criar graves embaraços aos exportadores brasileiros, hoje em dia, capitalizados, com taxa de câmbio mais favorável, sabedoria tecnológica, custos mais controlados e, apesar de alguns prejuízos climáticos, produções recordistas.

Em abril e maio passados, apontava que “o preço das commodities não vai explodir, nem aqui nem em lugar nenhum”, e que “uma boa forma de fugir da armadilha da especulação com os preços dos alimentos é consultar como andam oferta, consumo e estoques finais dos produtos agropecuários”.

Bem, à mesma conclusão chegaram, na sexta-feira passada, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e a FAO, órgão das Nações Unidas para agricultura e alimentação.

Em média, os estoques finais de trigo, milho e soja deverão crescer 2,8%, 8,5% e 26,9%, respectivamente, em relação à última safra.

Projeções que ficam mais aterrorizantes para os produtores se comparadas à safra 2012/13. Os excedentes crescem 8%, 36% e 50%, na mesma ordem.

Não boto muita fé na pouca expansão prevista para o consumo mundial pelas duas organizações, um dos fatores que provocam a elevação dos estoques.

Vejo as principais economias saindo dos perrengues mais agudos por que passaram, e o próprio diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, alardear diminuição no número de famintos no planeta.

Confesso, no entanto, que isso não mudaria muito o quadro de uma oferta mundial opressiva aos preços dessas commodities.

Nos casos de milho e soja, a notícia não traz conforto aos produtores brasileiros. Custos de logística, dependência quase que total dos preços dos insumos ditados pelo mercado internacional, seguro rural insuficiente.

Diante disso, além de aumentarem a produtividade nas lavouras, devem mantê-las, mas gastando menos usando tecnologias de menores impactos ambientais e de custos, que existem no mercado brasileiro de montão.

Mas, poderão perguntar os que ainda não reconheceram a importância da agropecuária de exportação: e o arroz e feijão nosso de cada dia, a saladinha, o legume refogado, o bifinho ou o peito de frango, ali no “quilo” da esquina, como ficarão?

Provavelmente, na boa e velha gangorra de sempre. Querem ver? Na próxima semana se eu não mudar de ideia.

De Kyoto a Nagoya

Na semana passada, escrevi que se não mudasse de ideia voltaria ao assunto. Além de não haver novidade fresquinha a respeito, o amigo Fernando de Souza Machado, em seu comentário, acrescentou muito ao assunto. Liberou-me do trabalho.

Superalimentos no 'The Wall Street Journal'. Paulo Yokota – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/07/2014

O que acontece no Ocidente é que, como no Oriente, os produtos alimentícios estão se confundindo com os medicamentos, tendo a vantagem de serem naturais

Quando os chamados superalimentos como a quinoa, a chia, o brócolis e o açaí chegam a merecer um artigo escrito por Tony C. Dreibus publicado no The Wall Street Journal, veículo de comunicação considerado um dos mais importantes especializado em assuntos econômicos no mundo, é porque esta onda do seu consumo tornou-se relevante, extravasando as áreas da nutrição e da saúde.

É evidente que suas produções e comercializações passaram a ocupar também lugares de importância econômica, inclusive no comércio internacional com justificadas razões por beneficiarem pequenos produtores. A quinoa de origem andina ocupa hoje posição de destaque entre todos eles. A divulgação destes assuntos é mais frequente nas revistas e programas de TV que veiculam cuidados preventivos de saúde, notadamente os relacionados com os potenciais obesos e os idosos.

Como um consumidor habitual da quinoa combinada com a chia, manifesto que me sinto recompensado pessoalmente na contenção da tendência à obesidade com o avanço da idade, notadamente no ventre, que parece ser onde as gorduras mais inconvenientes costumam se acumular, segundo informações médicas. Também acrescentaria a famosa berinjela, considerada por muitos como extremamente benéfica à saúde humana de forma semelhante com os demais mencionados, notadamente para evitar problemas circulatórios.

O que era um negócio que envolvia os supermercados de luxo e lojas de produtos naturais hoje passou a ser de consumo geral, e suas vendas decolaram nos últimos cinco anos, notadamente nos Estados Unidos, fazendo parte de cadeias de lojas gerais como a Walgreens e PigglyWiggly. A QuinoaCorp., proprietária da marca deste produto naquele país espera que suas vendas neste ano dobrem com relação ao de 2012, segundo aquele jornal. No Brasil, eles são encontrados hoje na maioria dos supermercados até mais simples, atraindo muitos consumidores preocupados com a sua saúde.

A quinoa é considerada um titã entre os chamados superalimentos, com extraordinários benefícios nutricionais, com elevada taxa de antioxidante ou Omega 3, além de

proteínas, fibras, ferro e outros minerais, sendo apresentada em diversas formas de alimentos preparados, segundo fontes do WholeGrainsCouncil. Outro seria a semente de chia, da mesma família da hortelã, que também contém fibras, proteínas e uma forma de Omega3, de ácidos graxos, segundo fontes da Universidade de Tufts. O incrível é que evitam obesidade mesmo com as vantagens apontadas.

Também faz parte do grupo o chamado kela que seria um primo do brócolis, da couve-flor e da couve, que possui antioxidante e nutrientes anti-inflamatórios, segundo a Universidade do Estado de Michigan. O açaí brasileiro, considerado possuir poder antioxidante teria somente os mesmos benefícios das frutas normais, segundo a conhecida Clínica Mayo.

O que parece estar acontecendo no Ocidente é que, como no Oriente, os produtos alimentícios estão se confundindo com os medicamentos, tendo a vantagem de serem naturais, não se confundindo com os que utilizam elementos químicos. Na medida em que são associados aos exercícios físicos, suas eficiências parecem aumentadas. Existem informações de que estes produtos eram utilizados pelos maias quando da chegada dos espanhóis, que coibiram o seu uso dada a fama que proporcionavam maior força nos combates. Voltaram a ser cultivados recentemente, principalmente em países pobres como o Peru e a Bolívia.

Seus preços como as quantidades importadas pelos Estados Unidos estão em acelerada ascensão. Além de serem oferecidos como produtos que podem ser consumidos com a adição de água com açúcar, também estão sendo utilizados com sucos de frutas. Aparecem como ingredientes de bolos, pães e assemelhados. Esta atual onda parece superar simplesmente a moda, pois está sendo recomendada por acreditadas instituições voltadas à saúde, com seu consumo se consolidando em diversos países do mundo.

Certamente não é um santo remédio, mas não se conseguiu ainda identificar nenhuma contraindicação. Ajustam-se às atuais aspirações de uma população cada vez mais sedentária, e que procura intensificar seus exercícios físicos. Por serem produtos de origem vegetal, não de origem artificial como muitos medicamentos, encontram um campo fértil, e muitos estão estudando suas possibilidades de produção, que ainda se restringem a alguns países andinos. Os diversos institutos de pesquisas voltados a produtos agrícolas também estão com os olhos voltados para o aumento desta produção, para atender a demanda das populações pobres que necessitam de acesso a alimentos mais saudáveis.

Ministério abre prazo para adesão a repasse de recursos para implantação e fortalecimento do Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/07/2014

Rondônia, Roraima, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso têm até 19 de setembro para aderir ao repasse de recursos. Estados podem receber até R\$ 400 mil

Brasília, 21 - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) abre nesta terça-feira (22) o prazo para cinco estados brasileiros aderirem ao convênio de repasse de recursos do governo federal para implantação e consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Mato Grosso, Minas Gerais,

Rondônia, Roraima e São Paulo têm até o dia 19 de setembro para formalizarem os convênios. Cada estado pode receber entre R\$ 350 mil e R\$ 400 mil. No total, está disponível o valor de R\$ 1,9 milhão para a ação.

Os recursos podem ser investidos em equipamentos e ações de apoio ao funcionamento das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs), além da criação e implementação de marcos legais para o setor. A duração do convênio é de dois anos.

De acordo com a coordenadora geral de Apoio ao SISAN, Patrícia Gentil, “o edital tem o objetivo de fortalecer estes componentes, desenvolver os planos de segurança alimentar e nutricional e, assim, garantir o direito à alimentação adequada em todo país”. A coordenadora ainda destacou que os recursos poderão ser utilizados na mobilização e sensibilização dos gestores públicos e da sociedade civil para a implantação dos componentes municipais do SISAN e para a adesão dos municípios.

Para ter direito aos recursos federais, os estados devem acessar o Sistema de Convênios (SICONV) e cadastrar a proposta de trabalho. Para garantir o cofinanciamento é necessário ainda confirmar a contrapartida e apresentar a documentação de funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras informações disponíveis no edital de justificativa.

Sisan - O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado em 2006, apoia a formulação e implementação de políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional, além de estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil e promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. Todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan.

Incrá/MS leva água doce aos assentados em Ladário – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014

Em pleno Pantanal de Mato Grosso do Sul, técnicos do Incra descobriram um poço de água doce. O precioso líquido é muito escasso na região onde prevalecem os lençóis subterrâneos de água salobra, impróprias para o consumo humano. A descoberta beneficiou as 85 famílias do assentamento 72, situado no município de Ladário, sudoeste da região pantaneira.

Além disso, os assentados estão na expectativa da localização de um outro achado do gênero no mesmo assentamento. As perspectivas nesse sentido são as melhores possíveis, pois o sabor do líquido é doce, porém a confirmação da potabilidade exige exames laboratoriais.

No assentamento 72 foram perfurados três poços artesianos e reformados outros dois. Para o presidente da associação dos assentados locais, Felipe Cristaldo Neto, com cinco poços funcionando, haverá aumento da produção e melhoria de vida no projeto. Neto adianta que muitas famílias já estão formando grandes hortas.

O assentamento

O nome do assentamento surgiu da denominação da Fazenda 72, desapropriada pelo Governo Federal em 1998. O imóvel tem uma área de 2.343 hectares e está ocupado por famílias de ribeirinhos que chegaram a acampar durante um ano em frente a propriedade rural.

Incra

MDS apresenta no México política brasileira de fortalecimento da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/07/2014

Iniciativas serão mostradas em Fórum Nacional com a participação de pesquisadores e representantes do governo mexicano e da sociedade civil

Brasília, 23 – Os programas sociais voltados para a segurança alimentar e nutricional e a experiência brasileira na área serão abordados durante o 2º Fórum Nacional sobre Reforma Agrária, Soberania Alimentar e Direito à Alimentação, que começa nesta sexta-feira (25), em Puerto Acapulco, no México. A diretora do Departamento de Estruturação e Integração dos Sistemas Públicos Agroalimentares do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Michele Lessa, falará sobre a implementação de ações para garantir o acesso à alimentação adequada no país.

O fórum tem o objetivo de contribuir para uma reflexão local sobre a importância da soberania, da autossuficiência de produção agrícola e da segurança alimentar e nutricional como elementos necessários para garantir o direito constitucional a uma alimentação adequada no México, diante da pobreza e da desigualdade de renda no país. Pesquisadores e representantes do governo mexicano e da sociedade civil participam do encontro, que termina no sábado (26).

Encontro orienta cooperativas sobre compra da agricultura familiar para alimentação escolar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/07/2014

Nesta quinta-feira (24), técnicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do programa de gestão para cooperativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário - Mais Gestão, participam de reunião em Londrina (PR). O encontro busca articular a compra e a venda de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar (Degrav/SAF), OnaurRuano, representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no evento que promove o encontro das entidades executoras do Pnae (secretaria estadual de Educação do Paraná e prefeitura de Londrina) e as cooperativas locais, que são as fornecedoras dos produtos.

O objetivo da reunião é apresentar aos agricultores familiares as demandas das secretarias de Educação, além de tirar dúvidas sobre a participação em chamadas públicas de compras da agricultura familiar. As chamadas são uma modalidade de edital relativo à agricultura familiar.

No Paraná, oito cooperativas recebem Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para gestão. Juntas, elas possuem mais de três mil agricultores familiares cooperados, que podem vender seus produtos para atender a alimentação de 92 mil alunos de 180 escolas públicas municipais e 73 estaduais.

Segurança alimentar em xeque na China. Bloomberg – Valor Econômico, Agronegócios. 25/07/2014

A China passa por mais um escândalo de segurança alimentar, e desta vez até os fornecedores estrangeiros estão na mira.

Nos últimos cinco dias, clientes de restaurantes desde Xangai até Tóquio ficaram atordoados por revelações de que hambúrgueres, nuggets de frango e outros produtos adquiridos em algumas das mais famosas redes de fastfood do mundo - como o McDonald's, a KFC e a Pizza Hut, as duas últimas controladas pela Yum! Brands - foram feitos com carne estragada.

A carne veio de uma divisão chinesa do OSI Group, processadora de alimentos com sede em Aurora, no Estado americano de Illinois. Essa divisão, a Shanghai HusiFood, apareceu em reportagem na TV chinesa no dia 20 que mostrava trabalhadores reembalando carne velha e mudando as datas de validade antes de remetê-la às varejistas. Em suas investigações, a polícia de Xangai já deteve cinco pessoas envolvidas.

Embora sinais de alerta como esse estourem a cada poucos meses na China desde que o consumo de leite tóxico matou seis bebês e causou problemas de saúde em 300 mil pessoas, há seis anos, eles se concentravam, até agora, em fornecedores locais. As mais recentes acusações, envolvendo uma empresa multinacional que vende seus produtos a varejistas de Japão, Estados Unidos e outros países, sugerem que os problemas da cadeia de distribuição de alimentos chinesa são ainda mais profundos do que se pensava.

"Acho que não existe nenhum alimento seguro na China", disse Yang Xue, de 30 anos, um auxiliar de escritório de Xangai. "Se você escolher outros produtos, o mesmo problema vai voltar a ocorrer. O governo deveria assumir a responsabilidade por causa de sua falta de supervisão", afirmou.

A reportagem da TV estatal Dragon mostrou imagens feitas com câmera oculta de trabalhadores nas instalações da Husi em Xangai trocando as datas de validade de carnes de frango e bovina vencidas. Depois da divulgação da reportagem, Starbucks, Burger King e lojas de conveniência da rede 7-Eleven deixaram de vender produtos da empresa. O governo do Japão também suspendeu importações da Shanghai Husi após a FamilyMart ter recolhido os produtos da processadora de seus pontos de venda japoneses.

A Yum! informou na quarta-feira que encerrou seu relacionamento com a OSI, que produz itens que vão de bacon até palitos crocantes, ou grissinis, em mais de 50 unidades de processamento no mundo inteiro, entre as quais dez na China. O

McDonald's informou que continuará aceitando alimentos produzidos em outras unidades da OSI.

O presidente do conselho de administração da OSI, Sheldon Lavin, pediu desculpas aos clientes chineses em comunicado divulgado na quarta-feira no site da empresa. Ele acrescentou que a empresa já enviou seus melhores especialistas mundiais para trabalhar com a equipe chinesa na questão. "O que aconteceu na Husi Shanghai é totalmente inaceitável", disse Lavin. "Assumiremos a responsabilidade por esses erros e cuidaremos para que eles jamais voltem a acontecer."

A desconfiança dos consumidores chineses com o leite e outros alimentos nacionais os atraiu para as marcas estrangeiras. As três maiores marcas de leite em pó infantil da China são de empresas estrangeiras. Dessas, a Mead Johnson Nutrition, empresa com sede em Glenview, também em Illinois, lidera o mercado, com uma participação de 11,1%, seguida pela Nestlé e pela Danone, segundo dados da empresa de pesquisa Euromonitor.

Essa preferência por marcas externas beneficiou redes de restaurantes estrangeiras no passado, percebidas pelos clientes chineses como as redes que serviam alimentos mais limpos, disse James Button, diretor da consultoria do setor Smithstreet, sediada em Xangai.

"Os consumidores tinham antes uma ilusão de segurança", disse Button. "Se a pessoa comer num pequeno restaurante de propriedade familiar, pode não confiar inteiramente que a casa usa óleo limpo ou se a carne é fresca. Essa mesma preocupação agora abarca todas" as comercializadoras de alimentos e bebidas.

Alguns estrangeiros, como a empresária SuLim, natural de Cingapura que morou na China por nove anos, comem apenas em restaurantes consagrados e usam água filtrada. "Há um custo adicional, mas você paga mais pela tranquilidade", disse SuLim, que comanda uma rede de salões de tratamento facial em Xangai.

O caso da Shanghai Husi é um dos mais destacados exemplos de um fornecedor de alimentos de controle externo pego numa crise de segurança alimentar na China.

"A maior parte das empresas de capital externo operantes na China têm medidas de precaução de segurança alimentar bem desenvolvidas, mas, mesmo assim, operam com pessoal do país", disse Sebastien Breteau, fundador e principal executivo da AsiaInspection, cuja empresa ajuda marcas, varejistas e importadores a realizar operações de controle de qualidade de alimentos no país.

"Na Ásia, a indústria alimentícia tem menos maturidade e menos tempo para dar ênfase ao controle de qualidade, que exige tempo e instrução formal".

As dificuldades de supervisão na produção e no controle de qualidade dos alimentos permanecem, disse Peter Ben-Embarek, alto funcionário de segurança alimentar da Organização Mundial de Saúde (OMS), da ONU. As produtoras de alimentos da China desconhecem seu papel em garantir segurança alimentar e estão dispostas a sacrificar a qualidade na busca por lucros, afirmou ele, que hoje trabalha em Genebra mas já foi alto funcionário da OMS na China.

Em tese, os padrões de segurança de alimentos na China são, muitas vezes, até mais rígidos que os seguidos por muitos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, de acordo com Chen Junshi, professor-sênior de pesquisa do Centro Nacional Chinês de Avaliação de Risco de Segurança Alimentar. O problema é que as companhias chinesas produtoras de alimentos são apenas estimuladas, e não obrigadas, a adotar padrões de conformidade mundiais em seu processo de produção, disse ele.

Nos EUA, as fornecedoras de alimentos são obrigadas por lei a fazer vistorias em busca de possíveis infrações de segurança, identificar riscos potenciais e desenvolver planos para preveni-los.

Existem cerca de 500 mil empresas de produção e processamento de alimentos na China, e cerca de 70% delas têm menos de dez funcionários, segundo a empresa de pesquisa de mercado MintelGroup. Nos EUA, são 30 mil empresas do ramo em operação. Estimativas apontam que na China há um funcionário da área de inspeção para cada 420 famílias de produtores rurais.

A China está tentando fortalecer a segurança alimentar do país com mais punições por infrações, intensificação da fiscalização de informações sobre segurança alimentar e aumento dos valores das indenizações a consumidores, todas medidas previstas em novo projeto de lei.

"Não vou mais comer produtos de carne no McDonald's e no KFC no futuro", afirmou um estudante de pós-graduação de 21 anos de sobrenome Yu. "Não consigo acreditar que eles chegaram até a usar essa carne vencida". (Tradução de Rachel Warszawski)

Estados debatem ações de fortalecimento e adesão de municípios ao Sisan – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 28/07/2014

Evento com representantes dos governos estaduais e da sociedade civil que participam das Caisans segue até esta terça-feira (29)

Brasília, 28 – Para discutir ações locais realizadas para fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), os representantes estaduais das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans) se reúnem nesta segunda (28) e terça-feira (29), em Brasília. Atualmente, todos os estados, o Distrito Federal e 34 municípios fazem parte do mecanismo.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos, convocou os representantes para delinear prioridades de segurança alimentar do Plano Plurianual para o período a partir de 2015. “Temos hoje R\$ 77 bilhões para a área e ela não tem como ser executada sem a participação dos estados e municípios. Queremos que este próximo plano venha apoiado nas prioridades apontadas pelos estados”, frisou. Até o fim deste ano, a expectativa da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan Nacional) é formalizar a adesão de 200 municípios brasileiros ao Sisan.

Já a presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maria Emília Pacheco, considera que foram conquistados muitos avanços no Sisan. E, no

momento, os principais desafios estão ligados à adesão dos municípios ao sistema e ao aperfeiçoamento do controle social das ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional. “Faz parte da estratégia brasileira ter a soberania alimentar e nutricional e garantir o direito humano à alimentação.”

Sisan – Cinco oficinas regionais foram realizadas entre março e junho deste ano, com o objetivo de apresentar o Sisan, a importância da adesão dos municípios, além de discutir estratégias para a implantação e funcionamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Sistema, criado em 2006, apoia na formulação e implementação de políticas e dos planos de segurança alimentar e nutricional, além de estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil e promover o acompanhamento, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no país.

UFPel abre chamada pública para adquirir alimentos orgânicos e da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/07/2014

Produtos serão comprados por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília, 30 – Para abastecer os restaurantes universitários, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) abriu chamada pública para aquisição de alimentos de agricultores familiares. A compra será realizada por meio da modalidade de Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O investimento previsto para a ação é de R\$ 1, 4 milhão.

Na lista de alimentos estão frutas, carnes, verduras, hortaliças e grãos, com uma variedade de cerca de 70 produtos. A prioridade de compra será para organizações da agricultura familiar e para produção de orgânicos. A entrega dos alimentos nos restaurantes começa em setembro e vai até fevereiro de 2015.

Para acessar o edital da chamada pública, clique aqui. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de venda na sexta-feira (8), na sede da Fundação de Apoio Universitário, na Rua Lobo da Costa, nº 859, em Pelotas (RS).

Modalidade – A Compra Institucional permite que órgãos dos governos federal, estadual, distrital e municipal comprem, por meio de chamada pública, alimentos da agricultura familiar para o atendimento de demandas próprias de abastecimento, proporcionando uma alimentação mais saudável porque a oferta dos alimentos está mais perto dos consumidores.

Mais sete municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 31/07/2014

Agora são 602 municípios e 23 estados aptos a operar o novo modelo do programa. Adesão permite execução mais ágil e simplificada das ações

Brasília, 31 – Mais sete prefeituras de três estados firmaram compromisso para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea. O programa é coordenado pelo Ministério do Social e Combate à Fome (MDS).

Os termos de adesão das prefeituras foram publicados nesta quinta-feira (31), no Diário Oficial da União. Com as novas adesões, 602 municípios e 23 estados estão aptos a operar o novo modelo do programa.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Termos de Adesão firmados (até 31/07)

Estados	Adesão		Estados	Adesão	
	Estado	Municípios		Estado	Municípios
Distrito Federal	SIM	N/A	Alagoas	SIM	3
Goiás	NÃO	3	Bahia	SIM	161
Mato Grosso	NÃO	0	Ceará	SIM	31
Mato Grosso do Sul	NÃO	11	Maranhão	SIM	92
Centro-Oeste	1	14	Paraíba	SIM	8
Acre	SIM	0	Pernambuco	SIM	10
Amapá	SIM	1	Piauí	SIM	0
Amazonas	SIM	0	Rio Grande do Norte	SIM	1
Pará	SIM	5	Sergipe	SIM	27
Rondônia	SIM	1	Nordeste	9	333
Roraima	SIM	0	Espírito Santo	SIM	13
Tocantins	SIM	1	Minas Gerais	SIM	65
Norte	7	8	Rio de Janeiro	SIM	1
Paraná	SIM	7	São Paulo	NÃO	16
Rio Grande do Sul	SIM	128	Sudeste	3	95
Santa Catarina	SIM	17	Brasil	23	602
Sul	3	152			

Na modalidade de Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

“O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, e não há a necessidade de repasse de recursos para estados e municípios. Isso facilita o gerenciamento do programa, entre outros avanços na execução”, ressalta o coordenador geral do MDS, Fernando Brutto.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo devem elaborar um plano operacional com propostas de participação no programa. O documento apresenta metas relacionadas ao número de fornecedores e de entidades a serem atendidas.

São definidos também os parâmetros de execução, como o percentual de agricultores familiares em situação de pobreza a venderem a produção, o de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão substituem os convênios – formato anterior de operação do PAA – e permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa